

Boletim sobre o processo político em Moçambique



Número 48 – 22 de Fevereiro de 2011

Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)

Tradução de: Maria de Lourdes Torcato

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

Publicado por CIP e AWEPA

CIP, Centro de Integridade Pública
Rua Frente de Libertação de Moçambique (ex-Pereira do Lago), 354, r/c
(CP 3266) Maputo www.cip.org.mz cip@cip.org.mz
Tel: +258 21 492 335, 82 300 33 29 Fax: +258 21 492 340

AWEPA, Parlamentares Europeus para a África
Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo
Tel: +258 21 418 603, 21 418 608, 21 418 626
Fax: +258 21 418 604 e-mail: awepa@aweпа.org.mz

Resposta às comunidades, doadores e investidores

Terra move-se para topo da agenda política

A terra está mais acima na agenda política, com intervenções pelo Presidente, Conselho de Ministros, comunidades e doadores. Embora não-oficialmente, as concessões de terras têm estado suspensas. Dois acontecimentos que vão ter lugar nas próximas semanas mostram a nova prioridade que está a ser dada às terras.

Na quarta-feira 23 de Fevereiro, a sociedade civil faz uma apresentação sobre gestão sustentável da terra no Gabinete de Estudos da Presidência. O convite é feito pelo Presidente Armando Guebuza, na sequência do encontro com a sociedade civil onde se levantou a questão da terra. Este encontro tinha sido pedido pela sociedade civil a seguir às manifestações de 1-3 de Setembro em Maputo.

Foi também criado em Outubro e está agora a ser estabelecido, o Forum Consultivo da Terra em que os doadores insistiam. Deve reunir-se pela primeira vez em Março. (ver pag 2).

Ao estabelecer o Forum, o Conselho de Ministros disse que “a crise alimentar e a busca de terras para outros usos fora dos tradicionais, incluindo bio-combustíveis, plantações florestais e fazendas do brávio, contribuem para uma maior pressão sobre o recursos terra e outros recursos naturais.”

O Banco Mundial usou uma reunião a 9 de Fevereiro para desafiar abertamente a política de Moçambique que encoraja grandes plantações de investidores estrangeiros e contrapõe que o

necessário é mais apoio a agricultores moçambicanos (ver pag 8), reflectindo uma alteração radical do pensamento do Banco.

Tudo isto vem na sequência de três acções recentes pelo Conselho de Ministros. A delimitação de terras comunitárias foi retomada no final do ano passado depois de uma paragem de dois anos (ver pag 4). Em Janeiro, as taxas de ocupação de terras aumentaram 150%. A taxa sobre terra normal de cultivo cresceu de 15 Meticais (0.48 US\$) por hectare por ano, para 37.50 Meticais (1.19 US\$), e terra de pastagem e colheitas permanentes subiu de 2 Meticais (0.06 US\$ – 6 US\$ cents) para 5 Meticais (0.16 US\$) por hectare. O governo contratou recentemente um consultor para fazer um grande exercício de mapeamento para tentar identificar terra disponível para investidores.

Não tem havido concessões de terra com mais de 1000 hectares desde o início de 2010 e há agora uma atitude mais cautelosa e uma análise mais detalhada das propostas.

Só há duas propostas pendentes para mais de

Que tamanho?

- + Um hectare são 10 000 metros quadrados, ou seja, um quadrado de 100 metros de lado.
- + Um campo de futebol normalmente tem 7 000 a 8 000 metros quadrados, ou seja, 0, 7 a 0, 8 hectares
- + Um kilometro quadrado são dez hectares.
- + 10 000 ha (Quifel em Lioma, por exemplo) é um quadrado com 10 quilómetros de lado.

10 000 hectares para o Conselho de Ministros – uma para plantações florestais outra para biocombustíveis. O Ministro da Agricultura pode aprovar concessões de terra entre 1000 e 10 mil hectares e há cerca de 15 propostas aguardando na sua secretária.

Funcionários provinciais estão a apelar aos investidores para comecem com pouco para ganhar experiência e, a nível provincial, estão a ser regularmente aprovadas propostas para menos de 1000 ha.

Os conflitos que ocorrem entre comunidades e grandes investidores no Niassa, em Lioma na Zambézia e noutros locais, fazem aumentar a preocupação. (Ver pag 5,9,13) As comunidades começam a perceber o valor da sua terra e a compreender cada vez mais os seus direitos, e levantam a voz. Tem havido problemas sobre as consultas às comunidades a respeito de investimentos e, em Agosto, o Governou apertou as regras sobre consultas (ver pag 15).

Muitos projectos de investimento em minas, turismo e projectos de investimento, requerem reassentamento de populações e, em Novembro, o Centro de Integridade Pública, CIP, publicou um relatório criticando dois importantes reassentamentos em minas.

Tudo isto surge numa altura em que se fala muito da “rapina de terras” em África, desencadeada pelos aumentos de preço de comida e combustíveis, provocando o interesse de

investidores estrangeiros por terra em Moçambique para biocombustíveis, madeira, arroz e outras culturas.

O Banco Mundial sublinhou Moçambique no seu relatório de Setembro de 2010, *Rising Global Interest in Farmland*, onde dizia: “Na Tanzânia, onde os direitos à terra estão firmemente vinculados às aldeias, foram transferidos menos de 50 mil hectares para investidores estrangeiros entre Janeiro de 2004 e Junho de 2009. Em contrapartida, no mesmo período em Moçambique, foram transferidos 2,7 milhões hectares. Mas uma auditoria de terras em 2009 descobriu que cerca de 50% desta terra transferida não está a ser usada ou é só parcialmente usada.”

De acordo com o Banco, os sete países com maior quantidade de terra disponível são o Sudão, o Brasil, a Austrália, a Rússia, a Argentina, Moçambique e a República Democrática do Congo, por esta ordem.

A baixa produtividade dos agricultores moçambicanos é apontada constantemente. A maioria são camponeses que não usam nenhuma mecanização, insumos modernos ou irrigação – cultivam com uma enxada tal como os seus avós faziam. Por isso há um consenso generalizado sobre a necessidade de intensificar substancialmente o nível de cultivo e uso da terra mais produtivamente, para produzir mais comida e para exportar produtos. Por outro lado há da parte dos Moçambicanos grande exigência de emprego e este pode ser gerado pelos investidores em agricultura.

A Lei de Terras de Moçambique conquistou elogios (ver pag 3), por dar extensos direitos sobre a terra às comunidades rurais e deste modo ter o potencial de evitar a existência dos “sem terra” como acontece noutros países como no Brasil. Mas a lei também dificulta negociações eficazes entre as comunidades e investidores, tirando vantagens dos direitos sobre a terra, e as decisões chave sobre investimento ainda estão nas mãos dos governadores provinciais e do Conselho de Ministros.

Forum da Terra debate questões de peso incluindo transmissão

O novo *Fórum de Consulta sobre Terras* reunirá pela primeira vez várias partes interessadas na terra desde meados da década de 90, quando a Comissão de Terras trabalhava na lei de terras.

O Conselho de Ministros deu ao Forum uma longa lista de “questões urgentes para debate”:

- Taxas sobre terra
- Desmembramento de parcelas individuais da terra comunitária
- Direitos das mulheres à terra
- Transmissão de direitos de uso da terra
- Clarificação de interpretações da lei
- Adequação dos planos de investimento
- Estruturas comunitárias para a gestão da terra
- Inspeção dos projectos de investimento antes de conceder o título final

O Forum lidará com terra rural e urbana.

O Forum terá um grande Grupo de Consulta incluindo 15 ministérios, municipalidades, associações profissionais, sociedade civil e grupos de interesse. Terá provavelmente 150 pessoas e reúne duas vezes por ano; espera-se a primeira reunião em Março.

O Forum é chefiado pelo Ministro da Agricultura.

Um grupo de trabalho mais pequeno, chamado Grupo de Reflexão, terá 16 directores nacionais mais representantes do sector privado e sociedade

civil, provavelmente 25 pessoas. O secretariado estará na DNTF, Direcção Nacional de Terras e Florestas no Ministério da Agricultura.

As questões que se apresentam ao Forum estão todas no âmbito das questões quentes relativas à terra e estão enunciadas na Secção 5 da Política Nacional de Terras de 1995. Os críticos dizem que em 15 anos nada se fez para tratar destas questões que foram vistas já nessa altura como não resolvidas.

A pressão para criar o Forum veio dos doadores e particularmente do *Millennium Challenge Account* financiado pelos EUA. O Forum foi aprovado pelo Conselho de Ministros em Agosto 2010 mas só foi formalmente estabelecido em Outubro.

Lei de Terras e direitos à terra

A Constituição de Moçambique e a Lei de Terras (Lei nº19/97) têm a particularidade fora do usual de definir direitos à terra e fundir direitos tradicionais com modernos direitos de propriedade, tendo ainda o objectivo social de evitar privação da terra.

A Constituição especifica que terra e recursos naturais são propriedade do Estado e que “A terra não pode ser vendida, ou por qualquer outra forma alienada, nem hipotecada ou penhorada.” “O uso e aproveitamento da terra é direito de todo o povo moçambicano.” (artigos 96 e 109)

A Lei de Terras estabelece um Direito de Uso e Aproveitamento da Terra, que é largamente reconhecido pelas iniciais, DUAT. Um DUAT pode ser adquirido:

- por uma “comunidade” que ocupa a terra,
- por indivíduos moçambicanos que usam a terra de “boa fé” e durante pelo menos dez anos,
- ou em resultado de um requerimento.

Uma “comunidade” é qualquer grupo que vive na mesma área e é inteiramente auto-definida. A sua terra é definida com grande abrangência para incluir “áreas habitacionais, áreas agrícolas, cultivados ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão”.

Os grupos a) e b) têm direitos permanentes que podem ser herdados. O grupo c) efectivamente recebe uma concessão por 50 anos.

Um **DUAT** é um **direito** mas também pode ser atribuído por vezes um **documento**, o **Título do DUAT**. A lei especifica que para os grupos a) e b), o DUAT é um direito automaticamente adquirido e o documento de título não é exigido. Efectivamente, a) reconhece os direitos das comunidades tradicionais e b) reconhece os direitos de ocupantes, o que foi muito importante por causa das movimentações das pessoas durante e depois da guerra. A categoria c) é destinada aos investidores (grandes e pequenos) que podem obter um Título do DUAT. Mas para os outros dois grupos, o documento do título torna-se importante para indivíduos ou grupos que pretendam usar a terra

Quanta terra?

Esta lista dá estimativas, em números redondos, de uso da terra e disponibilidade:

80 milhões de hectares = total da área territorial de Moçambique

Dos quais

15 milhões de hectares são áreas protegidas

10 milhões de hectares são municípios, estradas. etc.

Donde sobram

55 milhões de hectares

Dos quais

36 milhões de ha = terra potencialmente arável (FAO)

6 milhões de ha = terra cultivada (FAO)

7 milhões de ha = disponíveis para investimento, 2008

2 milhões de ha = atribuídos a investidores 2004-09

10 milhões de ha = delimitada para comunidades (ver tabela)

Note-se que terra cultivada não inclui floresta, terra deixada em pousio, etc. Assim a terra potencialmente arável que fica no meio não pode ser considerada “não usada”.

para atividades comerciais ou pedem dinheiro emprestado para construir uma casa ou edifício.

O Regulamento da lei de terra de 1998 também reforça a diferença entre os dois tipos de direito à terra. Os grupos a) and b) podem obter reconhecimento legal da ocupação através de “**delimitação**” da sua terra, que é simplesmente a fixação de limites, e podem usar limites naturais como riachos. Isto não é dispendioso e dá direito a um certificado. Porém alguém que pretenda ter um documento de título precisa de “**demarcar**” a terra, o que significa estabelecer os limites com equipamento GPS e colocar marcos no terreno; isto já é muito mais dispendioso.

O regulamento de 1998 define “benfeitorias” como sendo coisas “necessárias que têm por fim evitar a perda, destruição ou deterioração da terra” e “construções” como sendo edifícios, muros, canais e outras obras. A terra não pode ser vendida ou hipotecada, mas estas benfeitorias e construções vagamente definidas, podem ser vendidas. Nas áreas urbanas, se uma casa é vendida, a terra está incluída; nas áreas rurais isto é muito menos claro.

Uso e ocupação

Na lei e regulamentos de terras há uma distinção parcial entre **uso** e **ocupação**. A lei diz que as comunidades têm direito à terra que ocupam, mas os indivíduos têm direito à terra que usam. Os

requerentes de terras devem apresentar um plano de investimento e só recebem um DUAT provisório, que eles podem tornar permanente ao fim de dois anos (cinco anos para os Moçambicanos) se estiverem a usar a terra de acordo com o plano que apresentaram.

É permitido às comunidades usarem a sua terra para agricultura e outras actividades mas não podem tirar lucro da simples posse – não podem arrendar ou ter outros a cultivá-la na base de acordos de partilha das colheitas. Isto pode parecer contra-produtivo porque, se uma comunidade identificou uma área para expansão, pode não precisar dessa terra durante uma geração. Todavia não pode arrendá-la por 10 ou 15 anos ou até precisar dela. De facto, é dada uma escolha impossível à comunidade – se não tem recursos para investir, deve deixar a terra inculca ou desistir dela permanentemente para um investidor.

Por outro lado, as definições muito vagas do que são benfeitorias e construções parecem estabelecer um patamar muito baixo para uso da terra. Parece possível a uma comunidade formar uma associação ou cooperativa, obter um título de DUAT para parte da terra comunitária, e utilizarem-no eles próprios ou em sociedade com um investidor. Até agora isso não tem sido feito.

Mas o debate sobre uso/ocupação tem prosseguido desde que a lei foi aprovada. Um grupo na cúpula do governo e algumas agências doadoras definem estritamente “uso” e falam de milhões de hectares que vêm como “ocupados” mas “não usados”; vêm as comunidades como uma obstrução ao investimento. Outro grupo interpreta “uso” com muito mais largueza e vê os direitos de ocupação como defensores das comunidades e com potencial de lhes conferir poder para negociar parcerias de modo a intensificar o uso da terra.

Retomando delimitação comunitária

A delimitação de terra comunitária parou efectivamente em 2007 e só foi retomada no ano passado, na sequência de um debate sobre títulos mas que, mais uma vez, era realmente acerca de estratégias de desenvolvimento e interpretações, estritas e alargadas, de uso.

Os investimentos são aprovados e os títulos de DUAT são concessionados a 4 níveis. Para terra urbana competem ao município. Os governadores provinciais podem autorizar até 1000 hectares, o Ministro da Agricultura até 10 000 hectares e o Conselho de Ministros para cima disso. Estes são concessões de novos direitos e o pedido de terras deve estar associado a uma proposta detalhada de desenvolvimento. Algumas companhias, incluindo os investidores na plantação do Niassa, dividiram a sua proposta em blocos menores que 10 000 hectares para evitar o Conselho de Ministros.

Mas as delimitações, que são apenas reconhecimento oficial de um direito existente, são aprovadas a nível provincial. Em 2007, houve alguma confusão com funcionários que apresentavam ao Conselho de Ministros um mapa mostrando delimitações e investimento aprovado, de terras. Os Ministros ficaram surpreendidos por verem que mais de 1/3 da província de Tete já estava delimitado para as comunidades e questionaram como é que blocos de mais de 10 000 hectares tinham sido concedidos sem aprovação do Conselho de Ministro.

A resposta foi uma mudança pouco clara ao artigo 35 da lei de terras, e a DNTF emitiu uma circular em Outubro de 2007 dizendo que todas as delimitações de mais de 1000 hectares tinham de ter um plano de desenvolvimento e tinham de ser aprovadas pelo Ministro da Agricultura ou pelo Conselho de Ministros. Efectivamente, isto suspendeu a delimitação de terras comunitárias. A ORAM, a principal ONG que patrocina as delimitações de terra teve delimitações rejeitadas em Sofala e Zambézia porque não tinham planos de desenvolvimento ou investimento.

A resposta foi uma campanha silenciosa, dentro do Ministério da Agricultura e por parte da sociedade civil, para dizer que isto era ilegal – a delimitação apenas reconhece um direito existente e não pode ser uma cedência oferecida pelo Conselho de Ministros.

Entretanto os doadores entraram no debate e o grupo de apoio ao orçamento, o G19, juntou um novo indicador ao desempenho do Governo que impõe que se façam por ano 50 delimitações de terra comunitária.

A questão foi levantada numa conferência de delimitação de terras em Março de 2010. Numa conferência de funcionários da cartografia provincial, em Junho, houve um debate onde uma figura sénior disse que a “rapinagem de terras” era feita por comunidades que tentavam bloquear o desenvolvimento. Mas a maioria dos funcionários discordou e decidiram retomar as delimitações.

Finalmente em Outubro a DNTF emitiu uma nova circular dizendo que as delimitações deviam voltar ao antigo sistema de aprovação provincial sem planos de desenvolvimento e que a mudança na lei de 2007 só se aplicava a demarcações e aprovação de títulos de DUAT.

As tabelas abaixo dão a informação disponível sobre delimitações comunitárias, em 2010, quando o processo estava em grande medida parado, com base nos dados da Direcção Nacional de Terras e Florestas, DNTF. Os dados iniciais mostram que a maioria das comunidades não são grandes. As comunidades em Nampula e Zambézia são relativamente pequenas.

Mas há 18 comunidades em Tete em mais de 100 000 hectares.

Não está incluindo nestas tabelas o exercício de delimitação de 8 comunidades em quatro distritos no Niassa em 2004/5 que propuseram para si uma área de 2 milhões de hectares, que pode não ter sido aceite pelo governo provincial.

Há certamente muitas mais pequenas comunidades para delimitar. O perito em terras de Moçambique Chris Tanner nota que “não é claro quantas ‘comunidades locais’ existem, mas o Ministério da Administração Estatal registou mais de 10 000 aldeias. Normalmente uma ‘comunidade local’ inclui várias aldeias, portanto é possível que haja entre 2000 e 3000 comunidades.”

A DNTF diz que a maior parte das delimitações já foi feita por ONGs moçambicanas e a ORAM

reportou em Março de 2010 que tinha delimitado 191 comunidades com 4 milhões de hectares. Um “fundo de terras” financiado por doadores, ITC, Iniciativa para Terras Comunitárias, até agora delimitou 32 comunidades.

Área	Comunidades
<1,000ha	15
1,000-10,000ha	154
10,000-20,000ha	46
20,000-50,000ha	50
50,000-100,000ha	26
>100,000ha	32

DNTF Mar 2010

Delimitação comunitária

Província	DNTF - Março 2010 – nº de comunidades			Banco Mundial - Dezº 2009 - citado DNFF			
	Em processo	Delimitado	Total	ha – Em processo	ha - Delimitado	ha – Total	Percentagem do território da província
Gaza	3	18	21	18,002	444,040	462,042	6%
Inhambane	6	9	15		588,509	588,509	9%
Maputo	11	11	22	55,337	98,786	154,123	6%
Nampula	3	94	97	47,137	747,376	794,513	10%
Niassa	2	8	10		462,831	462,831	4%
Sofala	5	11	16	934,987	591.084	935,578	22%
Tete	27	0	27	3,928,911		3,928,911	39%
Zambézia	18	73	91	1,842,923		1,842,923	18%
Cabo Delgado	4	0	4				
Manica	13	7	20	553,699	226,374	780,073	13%
TOTAL	92	231	323	7,380,996	2,568,507	9,949,503	12%

Lioma: conflito entre grande e pequeno, investidor e camponês

Conflitos de terras em Lioma, no distrito de Gurué, na Zambézia, trazem à superfície todas as questões quentes juntamente com os principais actores. Dum lado estão os pequenos agricultores comerciais apoiados pelo fundo de desenvolvimento distrital (‘7 milhões’) e pela Fundação Gates. Do outro, está um investidor estrangeiro a quem foi concedida uma grande extensão de terra; o investidor tem poucos recursos financeiros, mas parece ter apoio político e conseguiu expulsar camponeses locais em Dezembro de 2010.

Lioma foi um colonato que passou a machamba estatal depois da independência e foi depois abandonada nos anos 1980 durante a guerra. Depois da guerra, camponeses e antigos trabalhadores agrícolas começaram a limpar o matagal naquilo que é de facto excelente terra de agricultura.

Há sete anos, com dinheiro de uma cooperativa de agricultores da Noruega, a Liga das Cooperativas dos EUA, a Clusa, introduziu na área a cultura da soja e promoveu a formação de associações de camponeses. A ideia inicial era exportar para a Noruega, com apoio técnico da

TechnoServe. O projecto teve grande sucesso, com mais de 5000 produtores por todo o distrito do Gurué, um terço dos quais são mulheres, em 112 associações. (Nunca chegaram a exportar para a Noruega devido à grande procura dos produtores locais de frangos).

Foi então que em Dezembro de 2009 o Conselho de Ministros concedeu 10 000 hectares da antiga machamba estatal a uma companhia portuguesa, a Quifel, para semear soja e girassol para biodiesel. Da terra concedida à Quifel, 490 hectares estavam ocupados por 244 camponeses, que tinham assumido ter direito à terra porque a ocupavam há

mais de 10 anos e tinham sido encorajados a desbravar e utilizar a velha machamba estatal pelos dirigentes governamentais e da Frelimo locais.

A Quifel fez duas reuniões num único dia, envolvendo cerca de 550 das 15 mil pessoas da área. Fez promessas extraordinárias de criar empregos além de lavrar e limpar 2500 hectares para produtores sob contrato. Na era das machambas estatais a Frelimo tinha tentado transformar os camponeses em assalariados agrícolas e em Lioma tinham tido sucesso – antigos tractoristas e outros trabalhadores qualificados ligaram-se à Quifel por causa da promessa de empregos e assinaram um memorando de “consulta à comunidades” nesse dia, onde afirmavam aceitar o projecto. Os produtores da soja não aceitaram, mas nem os seus pontos de vista nem a terra que usavam, aparentemente foram respeitados.

As propostas da Quifel ao governo que resultaram na atribuição da terra, são secretas, mas falam de promessa de 600 empregos no terceiro ano e ainda numa escola, posto de saúde, água e electricidade.

Entretanto o projecto da soja da Clusa continuou e o apoio aumentou. Nos últimos três anos foram lavrados cada ano mais de 300 hectares pelo projecto da Clusa e mais ainda pelos produtores privados. Há agora seis tractores, três comprados com empréstimos do fundo de desenvolvimento distrital (‘7 milhões’ ou OIIL, *Orçamento de Investimentos de Iniciativas Locais*) e três que são alugados pela Direção Provincial de Agricultura, DPA. A produção cresceu de uma média de 500 Kg de soja para 1040 Kg por hectare, tendo alguns produtores chegado a 2000 Kg, talvez o máximo obtido na área. No projecto maior da Clusa em 2009-2010, 4500 camponeses produziram 4600 toneladas que foram vendidas por 1,4 milhões de US\$. Em Setembro de 2010 a Fundação Bill e Melinda Gates começou a apoiar o programa.

Com o apoio da Clusa, para a época de 2010 os camponeses começaram a lavrar em Setembro porque há um curto período em Dezembro para semear soja. Subitamente, em Dezembro de 2010, a Quifel apressou-se a lavrar 500 hectares antes da visita do governador. Toda esta terra já tinha sido lavrada em anos anteriores pelo projecto Clusa e incluía 40 hectares que no princípio do ano tinham sido lavrados pelos camponeses locais. Uma mulher já tinha semeado milho; na foto ela está de pé na sua machamba com o bulldozer da Quifel ao fundo, no dia 10 de Dezembro.

A maior parte deses 500 hectares estão agora cobertos de capim alto. A Quifel semeou 50 hectares de soja e agora mais 40 hectares de girassol e pode semear mais antes do fim de Fevereiro. Até agora poucos postos de trabalho foram criados.

Os funcionários locais parecem estar embaraçados com o conflito, dizendo que as orientações de apoiar a Quifel “vieram de cima”.

Lioma é uma área grande e fértil que se estende para lá da antiga machamba estatal. Por causa da



guerra, há algumas zonas que não foram usadas durante 25 anos e parece haver terra suficiente para pequenos e grandes agricultores e ainda para investidores maiores. De facto, foram concedidos 1000 hectares a vários investidores que já lavraram mais terra e começaram a cultivar, tendo negociado com as comunidades locais para evitar as machambas já existentes. Mas em Janeiro uma comunidade local rejeitou a proposta de um investidor que pedia 600 hectares, principalmente por causa de más experiências com investidores de fora.

Até agora a Quifel não parece ter dinheiro para cultivar os seus 10 000 hectares e até convidou a Clusa para investir no projecto.

Há preocupações sobre o que virá a seguir. A Quifel tinha pedido 23,000 hectares, apanhando uma grande parte da antiga machamba estatal. Estão cerca de 1000 agricultores do projecto da soja na terra da antiga machamba estatal, mas provavelmente fora da área inicial da Quifel (não podem ter a certeza de que a Quifel não tenha feito a demarcação formal no prazo de um ano como é exigido). Esta terra será dada à Quifel ou a outros investidores de fora?

Mas o conflito de terra também chama a atenção para um conflito de modelos de desenvolvimento – entre um sucesso internacionalmente reconhecido de pequenos agricultores de um lado, e uma grande plantação conduzida por um investidor estrangeiro, do outro.

As machambas estatais são diferentes?

Há algumas áreas com água e melhores solos que tradicionalmente atraíram população local – que foi muitas vezes expulsa pelos colonos portugueses. Esses colonatos foram transformados em machambas estatais. Por isso as antigas machambas estatais têm parte da melhor terra e também mais conflitos. A lei também não é clara.

Muitas machambas estatais foram privatizadas juntamente com outras empresas estatais, mas as vezes só foram privatizadas infraestruturas – edifícios e sistemas de irrigação – mas não a terra que tinha de ser requerida em separado. Lioma, por

exemplo, parece ter sido privatizada duas vezes, em 1997 e em 2001, mas o processo de transferência nunca foi terminado e à Quifel parece que foi concedida a terra mas não os edifícios.

Entretanto os regulamentos da Lei de Terras (Decreto nº 66/98, art 10) diz que 'As pessoas singulares nacionais que, de boa fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos, adquirem o direito de uso e aproveitamento da terra'. Esta era a intenção dos legisladores especificamente para garantir "direitos de ocupação" e sobre a ocupação de terra agrícola do estado e outros assentamentos no pós-guerra. Mas no governo há agora quem diga que, fosse qual fosse a intenção do legislador, ocupar uma machamba estatal não pode ser feito de "boa fé" porque os ocupantes sabiam que a terra

pertencia à machamba estatal. Além disso os regulamentos também isentam "áreas reservadas legalmente para qualquer fim" e há os que dizem que uma antiga machamba estatal é uma dessas áreas reservadas.

Em Nant, Maganja da Costa, Zambézia, houve uma disputa sobre uma área de cultivo de arroz durante mais de uma década. Em 2005 uma associação candidatou-se à compra da machamba estatal, mas não foi aceite e o governo também tem sido renitente em concordar com uma delimitação das terras ocupadas por associações que incluem áreas irrigadas. Em 2006 a infraestrutura e sistema de irrigação, aparentemente sem a terra, foi concedida ao GPZ, *Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região de Zambézia*), abolido entretanto.

Que estratégia de desenvolvimento para reduzir a pobreza?

Muito do debate acerca da interpretação e uso da Lei de Terras está directamente ligado a um debate sobre política de desenvolvimento, e particularmente, a duas abordagens diferentes de desenvolvimento. De um lado, a Frelimo esteve sempre comprometida com o modelo dos grandes projectos argumentando que Moçambique precisa de capital estrangeiro, *know-how* e tecnologia para acelerar a modernização. Assim os grandes projectos foram vistos como a maneira mais rápida de criar empregos, produzir bens para consumo local e gerar recursos para criar mais desenvolvimento.

Na era socialista, a ênfase era sobre as machambas estatais; agora as mesmas machambas estão a ser oferecidas a companhias privadas para investimento. Neste modelo, grandes investimentos estrangeiros são como as estradas e pontes – são projectos de interesse nacional, decididos a nível central. A preocupação é não prejudicar a população afectada e os relatórios oficiais empregam o termo "prejudicar" o que é significativo.

O estado quer proteger os direitos existentes das comunidades mas está relutante em fazer o que quer que seja para expandir esses direitos, em parte porque o Conselho de Ministros quer reter o poder de decisão sobre os investimentos e quer que os contratos fiquem com o governo central e não com as comunidades.

As manifestações de 1 a 3 de Setembro sensibilizaram mais os ministros para a necessidade de evitar conflitos o que é uma razão pela qual a terra adquiriu prioridade na agenda política.

Grandes projectos de minas e energia são vistos da mesma maneira, como geradores de recursos e reduzindo a dependência dos doadores. Ligado a isto está o ponto de vista de que uma maneira mais rápida de criar um sector empresarial nacional é

através de contratos com estes grandes projectos, especialmente dedicado a serviços e construção.

Mas grupos comunitários, sociedade civil organizada e parte da comunidade internacional começam a articular outro modelo de desenvolvimento. Defendem que as comunidades deviam ter um papel activo no seu próprio desenvolvimento e na redução da pobreza. Não basta que as comunidades não sejam prejudicadas pelo desenvolvimento, elas devem beneficiar directamente dele e participar nele activamente. Os activistas defendem a ideia de que os grandes projectos são de interesse nacional e a ideia de que a população deve ficar de lado em nome do interesse comum, é paternalista e viola o espírito da lei da terra e dos apelos da Frelimo para que todos trabalhem mais para ultrapassar a pobreza. Tanto o investimento como o fim da rotatividade de colheitas são essenciais – mas as comunidades e os agricultores comerciais moçambicanos precisam de ser parceiros genuínos para intensificarem juntos a produção. Inicialmente pode ser lento, mas o processo de aprendizagem transformará moçambicanos em empresários e produtores em vez de simples trabalhadores em plantações estrangeiras.

Banco Mundial favorece quintas mais pequenas

“Propriedades agrícolas menores são mais produtivas,” disse Michael Morris do Banco Mundial numa conferência em Maputo, a 9 de Fevereiro. A investigação mostra que “há pouca evidência que sugira que, em África, o modelo das de agricultura de larga escala sejam necessários ou até mesmo especialmente promissores.” A comercialização liderada por pequenos produtores provavelmente levará a um crescimento inclusivo com maior integração vertical, disse.

Este foi um explícito e formal desafio à ênfase dada por Moçambique às grandes propriedades agrícolas e aos investidores estrangeiros.

Disse depois que uma alternativa às grandes plantações de estrangeiros era a agricultura por contrato – machambas mais pequenas de estrangeiros produzindo parcialmente elas próprias mas comprando muito aos produtores circunvizinhos. A mecanização pode ser promovida através de serviços de lavoura contratados, ou o aluguer de máquinas. Fez também apelo por mais ênfase na produção de cereais.

Morris defendeu que as grandes quintas só sobrevivem porque têm tratamento privilegiado da parte dos governos – acesso à terra, baixos impostos, investimento em infraestruturas e subsídios. As pequenas quintas são mais produtivas porque são mais intensivamente geridas.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros Oldemiro Baloi, falando numa grande conferência de investimento a 1 de Dezembro, em Londres, deu a tónica quando apelou ao investimento em agricultura e agro-processamento: “Tudo o que precisamos é que o investidor invista em *know-how* e acesso a mercados, e resolva os constrangimentos em infraestruturas.”

Mas a “ênfase” de Moçambique nos grandes investidores “não é a melhor maneira de avançar” notou Klaus Deininger, principal autor do *Rising Global Interest in Farmland*, o relatório do Banco Mundial. Na reunião de 9 de Fevereiro, tanto Morris como Deininger mencionaram os elevados índices de fracasso dos investimentos estrangeiros e Deininger notou que noutros países, quando os investidores estão com problemas, tendem a invadir a terra da comunidade. Acrescentou que parte do interesse por Moçambique deriva da terra ser vista como barata e os investidores pensarem que as comunidades não têm direitos. Isto encoraja a especulação na medida em que essas pessoas tentam obter direitos a baixo custo ou procuram apadrinhamento político, e usam os direitos obtidos para conseguir empréstimos e investimentos, ou vendem a companhia – de facto vendem a terra.

Rising Global Interest nota que frequentemente os investidores falham “em ir ao encontro das expectativas iniciais – em postos de trabalho ou na provisão de infraestruturas ou serviços. Em Moçambique, as comunidades desistiram do acesso à propriedade comum dos recursos florestais na expectativa de que se materializem empregos e serviços – mas isto não aconteceu (e algumas das promessas eram de credibilidade duvidosa). São necessários regulamentos mais claros para especificação de normas, responsabilidades (para comunidades e investidores) e para os mecanismos para as monitorar e fazer aplicar.”

O relatório continua dizendo que Moçambique, Sudão e Zâmbia têm “vastas extensões de terra não-protegida e não florestada adequadas à agricultura” mas que não estão cultivadas. As terras excedentes e de muito baixa produtividade “sugerem que outros constrangimentos impedem os agricultores de usar mais eficientemente a terra disponível. Compreender estes constrangimentos e identificar os modos de os ultrapassar será fundamental para identificar os tipos de investimento que melhor poderiam ajudar a reduzir a pobreza. Identificar os constrangimentos deve preceder os esforços para atrair os investidores de fora.”

“Os países em África com abundância de terra têm a escolha entre estabelecer um sector agrário baseado em quintas de tamanho médio com vários tipos de propriedade (muito maiores que aquelas que actualmente operam e expandem no decurso do tempo) ou uma estrutura dupla onde algumas mega-quintas coexistem com muitos pequenos produtores.”

Empregos são claramente uma questão central e o governo e comunidades locais esperam que os investidores criem empregos. E eles fazem-no. Propostas para bio-combustíveis e madeira vistas pelo *Boletim* sugerem cerca de 1 emprego de salário mínimo por cada 5 hectares. As quintas de tamanho médio provavelmente empregam mais pessoas se se tiver em conta o proprietário e família.

Michael Morris apresentou o relatório do Banco Mundial *Awakening Africa's Sleeping Giant* em 2009. Nele comparava sucessos agrícolas no Brasil e Tailândia com quatro países africanos, incluindo Moçambique. A conclusão era que, na base dos sucessos da Tailândia e do Brasil, havia dois factores: “enorme investimento público” em pesquisa agrícola, desenvolvimento, formação, estradas e electricidade, e “enormes subsídios ao crédito e financiamento rural”. Muito crédito subsidiado foi muito importante nos primeiros anos do seu crescimento agrícola.

O pensamento do Banco Mundial “evoluiu”, disse; há 15 anos o Banco pensava que todos os subsídios eram maus, ao passo que agora há apoio para determinados “subsídios inteligentes”. Enfatizou igualmente a necessidade do estado reduzir o risco para os agricultores.

Niassa: camponeses versus Igrejas Nórdicas

Apesar das boas intenções e das declarações a favor do ambiente, continuam os problemas com as enormes plantações de árvores no Niassa. Quando o Primeiro Ministro Aires Ali visitou o Niassa em Maio de 2010, a população local queixou-se das companhias madeireiras. Aires Ali ordenou uma investigação que foi tornada pública no fim do ano passado e que fazia duras críticas a uma das companhias, Chikweti Florestas do Niassa.

A Chikweti é propriedade do *Global Solidarity Forest Fund* (GSFF), um “fundo ético de investimento” que também tem o objectivo de produzir altos lucros. Pertence às Igrejas suecas e norueguesas e a um grande fundo de pensões para funcionários públicos e professores holandeses, o *Stichting Pensioenfonds ABP*, e planeia investir 100 milhões de US\$.

Foram concedidos à Chikweti 30 000 hectares, e estão em processo de concessão mais 14 000 ha. Mas a investigação feita pela DNTF, *Direcção Nacional de Terras e Florestas*, diz que a companhia ocupa ilegalmente mais outros 32 000 hectares. No posto administrativo de Maniamba “a Chikweti invadiu as terras da população local prometendo compensá-la, mas não cumpriu as promessas”.

Algumas das terras ilegais foram concedidas à Chikweti por régulos locais sem consultar as comunidades como a lei exige, ou sem terem sido pedidas ao governo central. A investigação da DNTF diz que algumas vezes a Chikweti recrutou líderes das comunidades locais criando um conflito de interesses que resultou de consultas mal conduzidas.

André Calengo da Lexterra, que está envolvido com projectos no Niassa, diz que as companhias de floresta “são exactamente como os colonialistas. Compram o regulo, com dinheiro ou empregos para os filhos.” Diz ele que, num encontro que teve com uma comunidade sobre a Chikweti, pessoas levantaram-se e acusaram o régulo de “vender a nossa terra”. As críticas foram tão acesas que o regulo abandonou o encontro, diz Calengo. Um relatório do Banco Mundial também reporta que as companhias florestais no Niassa dão preferência nos empregos a familiares dos *regulos* e funcionários do estado.

As consultas à comunidade são um grande problema. A DNTF cita um administrador de distrito dizendo que “as consultas às comunidades são muitas vezes propositadamente falsificadas”, por exemplo com duas assinaturas diferentes mas da mesma pessoa.

Funcionários locais entrevistados pela DNTF fizeram críticas e um administrador de distrito acusou a Chikweti de arrogância e “falta de responsabilidade social”.

São relatados inúmeros conflitos de terras. Um grande problema nas comunidades, confirmado pela investigação da DNTF, é que existem machambas dentro das plantações. Não só não há área suficiente deixada para o crescimento populacional a médio prazo, como em alguns casos as árvores

estão a 10 metros das casas e machambas e quando crescem fazem sombra sobre essas machambas.

A Chikweti está a plantar pinheiros e eucaliptos, que são espécies não-nativas de rápido crescimento, e supostamente seriam apenas para utilizar em solos degradados. Mas o estudo da DNTF diz que, “quando negociou o estabelecimento da plantação, a Chikweti disse que iria plantar apenas em áreas marginais mas de facto invadiu terra agrícola produtiva” bem como terra de pastagens. A DNTF descobriu também que a Chikweti estava a desbravar floresta indígena densa para plantar novas árvores. Em Sanga houve abate “em larga escala” de uma floresta de árvores de fruto, *massuku*, usadas pela população local. As pessoas também estão a perder acesso a outros produtos da floresta, como lenha e plantas medicinais.

É igualmente acusada de plantar árvores demasiado perto das estradas - o que é ilegal porque nas curvas impedem a visibilidade aos condutores.

A resistência da comunidade continua. Houve queimadas graves nas áreas da Chikweti antes da presente estação das chuvas e a companhia acusa a população local de conduzir o gado de tal modo que destrói as árvores acabadas de plantar. O Banco Mundial reporta que em Dezembro de 2009, em Sanga, a comunidade ameaçou com facas trabalhadores da companhia florestal.

No seu relatório a DNTF deu oportunidade à Chikweti de responder e esta, em muitos casos, desmente as afirmações feitas pela DNTF. Em Maniamba por exemplo, diz que foram os camponeses locais que abandonaram espontaneamente e de livre vontade, as suas machambas.

Todavia, um estudo feito por estudantes da Universidade Mälardalen na Suécia, com a cooperação da Chikweti e publicado no ano passado, concluiu que “os serviços de gestão da Chikweti são disfuncionais”. Há uma “grande rotatividade de pessoal” e “a Chikweti tem dificuldade em confiar nos seus empregados”.

O outro grande actor nas florestas do Niassa é a Fundação Malonda, estabelecida pelo Governo da Suécia tendo como modelo os próprios fundos de desenvolvimento regional da Suécia nos anos 1950. Respondendo às dificuldades sentidas pelas comunidades em formar parcerias (*joint-ventures*) com investidores, a ideia foi que a Fundação obteria os direitos à terra e os lucros iriam para a comunidade. Foi-lhe concedida a terra originalmente

destinada à Mozagrus, uma tentativa falhada da África do Sul de reassentar farmeiros no Niassa, nos anos 1990. A Malonda tem um Conselho de Administração nomeado pela Embaixada da Suécia e pela companhia estatal moçambicana IGPE, não tem representantes locais e começou a ter problemas. Um estudo de 2008, de Gunilla Akesson, André Calengo e Christopher Tanner, descobriu “níveis graves de descontentamento da comunidade e um conflito potencialmente explosivo nas áreas onde as operações iniciais de desbravamento e plantio das novas sementes tinha restringido o acesso local à terra e colocado em risco as estratégias locais de vida. Deste modo, a Malonda começou a ter problemas”. A população local diz que “se sente agora altamente ameaçada e prejudicada pelas primeiras acções dos investidores, que em algumas áreas estão a cercar as aldeias e a restringir dramaticamente o seu acesso à terra necessária para manter o sistema de pousio e outros elementos centrais do seu sistema tradicional de produção.”

Mais uma vez o problema residiu nas consultas. O estudo notou “uma tendência para trabalhar somente com as lideranças tradicionais do nível mais alto, em vez de se privilegiarem os líderes da base e mais ligados às diversas aldeias e famílias, o que está a resultar num sentido de marginalização por parte da população. Esta tem um medo crescente do impacto das plantações no que concerne ao seu acesso à terra necessária para manter os seus sistemas de produção extensiva.” Particularmente, as comunidades não têm uma clara compreensão do facto de os investidores permanentemente ficarem com enormes extensões de terra. Além disso, a relação entre as comunidades e os investidores é, em todos os aspectos, desequilibrada porque as comunidades têm uma posição fraca em relação ao investidor.

Um estudo do Banco Mundial do ano passado, sobre uma outra plantação no Niassa, avisava:

“Mais preocupante ainda é a ameaça potencial a longo prazo para o modo de vida local. A plantação já reduziu a área prontamente disponível para cultivo, próxima das habitações das pessoas. Vários entrevistados disseram que conseguiram encontrar terrenos disponíveis para as suas machambas, mas que são muito mais distantes das casas e pode levar horas a chegar lá. Este crescente problema de distâncias – já que a plantação abrange mais do que a área anterior usada pra cultivar próximo das vilas e aldeias – possivelmente terá no futuro impacto sobre a segurança alimentar.”

Assim, o estudo recomendou novas consultas, com membros da comunidade como parceiros, com uma liderança legitimamente identificada e representativa.

A Malonda diz no seu Boletim que uma reunião em Abril de 2010 concordou que era preciso uma “mudança radical”. A Malonda cita um porta-voz do governo a dizer “temos que consultar as comunidades, não se pode permitir que um líder comunitário tenha uma decisão ‘no bolso’ e não informe a sua comunidade.”

A Malonda diz que as cinco companhias florestais que trabalham no Niassa esperam ocupar uma área de 597 000 ha, dos quais 322,500 ha serão de plantação e 274 500 ha para conservação. Esperam criar 22 000 empregos.

O sítio Web da Chikweti em inglês (mas não o sítio em português) diz que “15% da Chikweti tem donos nacionais, instituições como a Diocese Anglicana do Niassa e a Universidade Eduardo Mondlane, mas também indivíduos.”

Os principais investimentos do *Global Solidarity Forest Fund* estão em Moçambique. São donos também da Florestal de Messangulo (igualmente acusada pela DNTF de ocupação ilegal de terra no Niassa), da *Tectona Forests* e da *Nactua Forests* da Zambézia.

Na perspectiva do Bispo

O Bispo Anglicano do Niassa, Mark van Koevening, em protesto demitiu-se no ano passado do cargo de presidente das quatro companhias do GSFF em Moçambique.

Criado originalmente como um projecto conjunto das igrejas suecas e moçambicanas, devia ter três componentes: plantações comerciais, protecção de uma quantidade igual de floresta indígena, e desenvolvimento comunitário. Mas só a parte comercial avançou, tendo-se transformado num “investimento estrangeiro igual aos outros”.

“Fomos ingénuos”, admitiu. “São os accionistas quem decide, não as partes interessadas.” Em particular, foi acordado inicialmente que os accionistas moçambicanos teriam de ter sempre mais de 10% das acções, mas uma vez que o GSFF atraiu novos investidores, estes não aceitaram isso. O Bispo pretendia também que algumas acções fossem para as comunidades que estavam a desistir da terra, mas também isto foi rejeitado. “O factor de atracção de Moçambique para os investidores é que

a terra é barata e eles não querem aumentar o custo dando acções a moçambicanos.” Uma vez que há novos investidores estrangeiros, a participação moçambicana dilui-se e acredita-se que esteja agora muito abaixo dos 10% . (Não foi possível obter detalhes nem do GSFF nem da Chitweke.)

A florestação criou mais de 3 000 empregos no Niassa, diz o Bispo, e é preciso mais investimento para criar ainda mais empregos. Mas estes são quase todos de salário mínimo. O salário mínimo na agricultura e florestas é de 1 682 meticais (53 US\$) por mês, excepto 1 593 meticais (51 US\$) para trabalhadores do açúcar; muitos trabalham 6 dias por semana. Há uma enorme procura mesmo para empregos de salário mínimo, mas o Bispo van Koevening receia que as pessoas não estejam a

receber o suficiente para compensar a produção alimentar perdida que obtinham nas suas machambas.

Também nota que as companhias florestais estão explicitamente a comprar terra com empregos. Mas a maioria dos empregos ocorrem nos três primeiros anos do projecto, enquanto a terra está a ser desmatada e as árvores plantadas. “As pessoas entregam terra para toda a vida, em troca talvez de 3 a 4 anos de trabalho.”

Os investidores florestais querem obter certificação do *Forest Stewardship Council*, (FSC) que restringe a substituição de floresta indígena por

novas árvores plantadas. Mas isto está a ter um efeito destruidor no Niassa, pressionando o sistema de agricultura. Para obter terra não florestada para plantar árvores, as companhias estão a usar terra deixada em pousio pelos camponeses. Os camponeses por sua vez, devem ir mais longe para encontrar nova terra, muitas vezes derrubando árvores. Deste modo a certificação do FSC pode estar a promover, indirectamente, desflorestação.

Para o Bispo, a prioridade é aumentar o poder negocial das comunidades locais, para os tornar mais iguais na discussão com os investidores e para beneficiarem mais dos investimentos.

Planos exagerados alimentados por secretismo e especulação

O desastre da Procana devia ser um aviso acerca de negócios envolvendo grande investimento, cozinhados em segredo. A Procana foi uma tentativa da *Central Africa Mining* para entrar na produção de etanol a partir do açúcar. Na base de ter obtido 30 000 hectares em Massingir, angariou 13 milhões de US\$ de investidores, mas prometeu investir 500 milhões de US\$ (a maior parte deles provenientes de empréstimos).

O projecto não tardou em ficar atolado em problemas. Usava água que os produtores de arroz queriam, tirou terra de camponeses locais, em particular terra de pastagem, e as comunidades locais opunham-se a eles. Além disso, foi dada à Procana terra que tinha sido reservada para reassentar pessoas que vinham do Parque Transfronteiriço do Limpopo. A proposta de projecto assumia que a Procana conseguiria elevadas colheitas de cana de açúcar para transformar e produzir quatro vezes mais etanol que qualquer outro produtor em Moçambique, o que era nitidamente irrealista. Em dois anos a companhia só abriu 125 hectares e a seguir, em 2009, retirou-se, voltando para o negócio das minas e deixando o governo com uma batata quente nas mãos.

Em *Rising Global Interest in Farmland*, o Banco Mundial reporta que no caso da Procana “embora com poucos benefícios materializados, a população local perdeu acesso à floresta especialmente para lenha, carne de caça e peixe. O investidor usa o abastecimento de água local e as estradas, sem compensação; afecta assim negativamente as mulheres que procuram água.”

Como é que Moçambique deu 30 000 ha a um investidor sem verificar a viabilidade da proposta e sem prever o potencial de conflitos de terra e água? O Governo não se pronuncia. Mas um estudo independente de propostas de terra comentava sobre a “pobreza de detalhes técnicos e financeiros da informação apresentada ao Governo.” Apesar da falta de detalhes, as propostas são aceites. Foi salientado que 5% da Procana eram propriedade de moçambicanos e agora funcionários séniores insinuam que o projecto foi empurrado por pessoas com poder.

Os críticos defendem que o sistema moçambicano encoraja especulação e corrupção

por causa do custo insignificante da terra e das concessões. Isso facilita conseguir terra na base de uma proposta vaga e a esperança de obter dinheiro mais tarde.

É muito difícil verificar porque as propostas são secretas, mesmo depois da terra ser atribuída. O Banco Mundial salienta que isto não é necessário. No seu relatório *Rising Global Interest in Farmland*, o Banco cita o exemplo do Peru: “Quando um investidor manifesta interesse em terra do estado, pede-se ao investidor que apresente um plano de negócios a um conselho de especialistas dos sectores público e privado. Se o projecto é considerado viável, a proposta é publicada durante pelo menos 90 dias, para permitir a outros investidores fazerem ofertas. Se algum investidor se apresenta, é iniciado...o processo de concurso público. Se mais nenhum investidor mostra interesse, o investidor inicial pode avançar.”

Pode Moçambique vir a considerar a publicação de propostas e convidar contra-propostas?

As comunidades ganham pouco

Até agora, as comunidades locais têm ganho pouco com os investimentos em agricultura e florestas avaliados em milhões de US Dólares, instalados nas suas áreas. Isto reflecte em parte o arranque lento e a planificação pobre das propostas mais especulativas, mas reflecte também a natureza dos acordos.

A principal solicitação das comunidades locais é para empregos e alguns têm sido criados, na ordem de mais ou menos um emprego de salário mínimo

por cada 5 hectares, normalmente a 65 meticais (2 US\$) por dia. Mas o Banco Mundial em *Rising Global Interest in Farmland* avisa que o salário mínimo em Moçambique “não é suficiente para compensar a perda de modo de vida.”

Muitos projectos envolvem famílias que têm de se deslocar para a área do investimento e por vezes há apoio e compensação, apesar desta nem sempre ser muito generosa.

Além disto, as comunidades só beneficiam dos projectos da responsabilidade social corporativa como poços, postos de saúde, etc. Isto pode ser oferecido para conquistar o acordo da comunidade no contrato inicial, mas habitualmente não há nenhuma promessa de continuidade do apoio – quem repara a bomba quando ela precisa de peças?

Para os investidores há problemas e custos, em particular relativos à falta de infraestruturas em Moçambique. Muitos citam problemas de burocracia, incluindo queixas repetidas de pequena corrupção, de tal maneira que por vezes o investidor não sabe o que é suborno e o que é um custo genuíno. E há ainda o custo de ter de oferecer acções e empregos aos dirigentes da Frelimo ou seus familiares. É o factor “chatear”.

Alguns projectos, nomeadamente açúcar e vegetais, esquemas de colheitas por contrato em que os produtores locais abastecem a fábrica de processamento do investidor, e isto parece ser popular e promover desenvolvimento local. Contratação de colheitas também é usada para algodão e tabaco. Um estudo da Wageningen University sugeria que este tipo de contrato também seria particularmente adequado para a jatropa. Mas até agora a maioria dos investidores não mostrou interesse por estes tipos de ligação com as comunidades.

A Política Nacional de Terras de 1995, aprovada antes de ter sido escrita a Lei de Terras, diz explicitamente no Art 25 que, uma vez registada a terra (por ex. Através de delimitação), qualquer entidade de fora “será obrigada a negociar com a comunidade local”. Utiliza a palavra “negociar” em vez de “consultar”. E diz mais à frente: “Deste modo, por exemplo, a comunidade pode entrar como parceira no investimento, compartilhando os lucros e os benefícios do investimento.”

Até agora nenhuma comunidade chegou a tal acordo e não tem havido nenhuma partilha de lucros. Mas há cada vez mais argumentos de

consultores e peritos internacionais dizendo que, mesmo com problemas e complicações locais, 10 a 50 US\$ por hectare e por ano podiam reverter para as comunidades sem desencorajar o investimento.

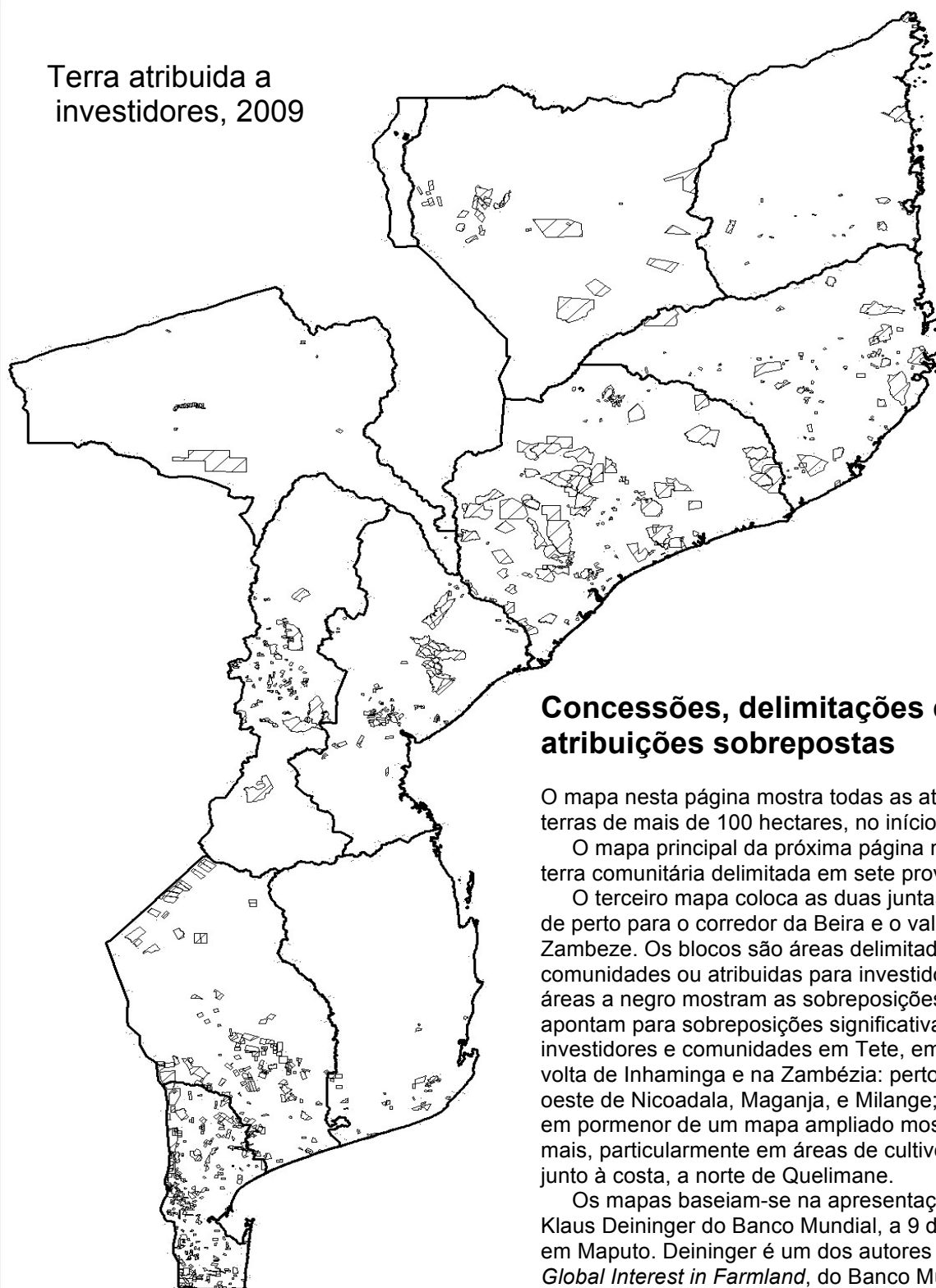
O relatório do Banco Mundial *Rising Global Interest in Farmland*, dá o México como exemplo. Ali o governo fez um registo rápido de terra comunitária, conhecida como *ejido*, e em pouco mais de uma década registou 100 milhões de hectares. Pede-se às comunidades que estabeleçam uma estrutura transparente para gerir a terra do *ejido*. O Banco defende que o registo da comunidade “encorajou investimento e forneceu uma base para parcerias com empreendedores de fora, actuando o governo como intermediário para dar informação aos investidores sobre oportunidades de acesso à terra. Até agora isto resultou em cerca de 3 000 contratos, muitas vezes com companhias grandes.”

Está fora de questão que as comunidades necessitariam de apoio substancial para entrar em negociações com investidores. A formação oferecida por ONGs nacionais e internacionais já elevou a capacidade de gestão e sentido comercial de muitas associações de camponeses. Mesmo as grandes companhias muitas vezes recorrem a consultores e peritos para lhes darem assistência em negociações, portanto não há razão para as comunidades não terem assessoria para conhecer o que é razoável esperar e o que devem exigir.

Com frequência as comunidades não pensam a longo prazo e pedem coisas de imediato como poços; a assistência externa pode ajudá-los a pensar em retirar do investimento lucros a longo prazo. Capacitar uma comunidade e ajudá-la a negociar leva tempo. Até agora os funcionários moçambicanos têm tido medo de que, se não responderem rapidamente, os investidores vão a outro lado. Mas com a carência de terras a nível global e o agravamento dos custos dos alimentos e combustíveis, Moçambique está em vantagem e pode permitir-se levar o tempo necessário para conseguir os melhores acordos.

Há também uma questão acerca de dar aos investidores tão grandes extensões de terra, que muitos deles não conseguem depois aproveitar. Faria mais sentido começar com 1000 hectares que com 10 000 hectares e se isto puder ser feito em cooperação com a comunidade, haverá grande apoio para a expansão da área.

Terra atribuída a investidores, 2009



Concessões, delimitações e atribuições sobrepostas

O mapa nesta página mostra todas as atribuições de terras de mais de 100 hectares, no início de 2009.

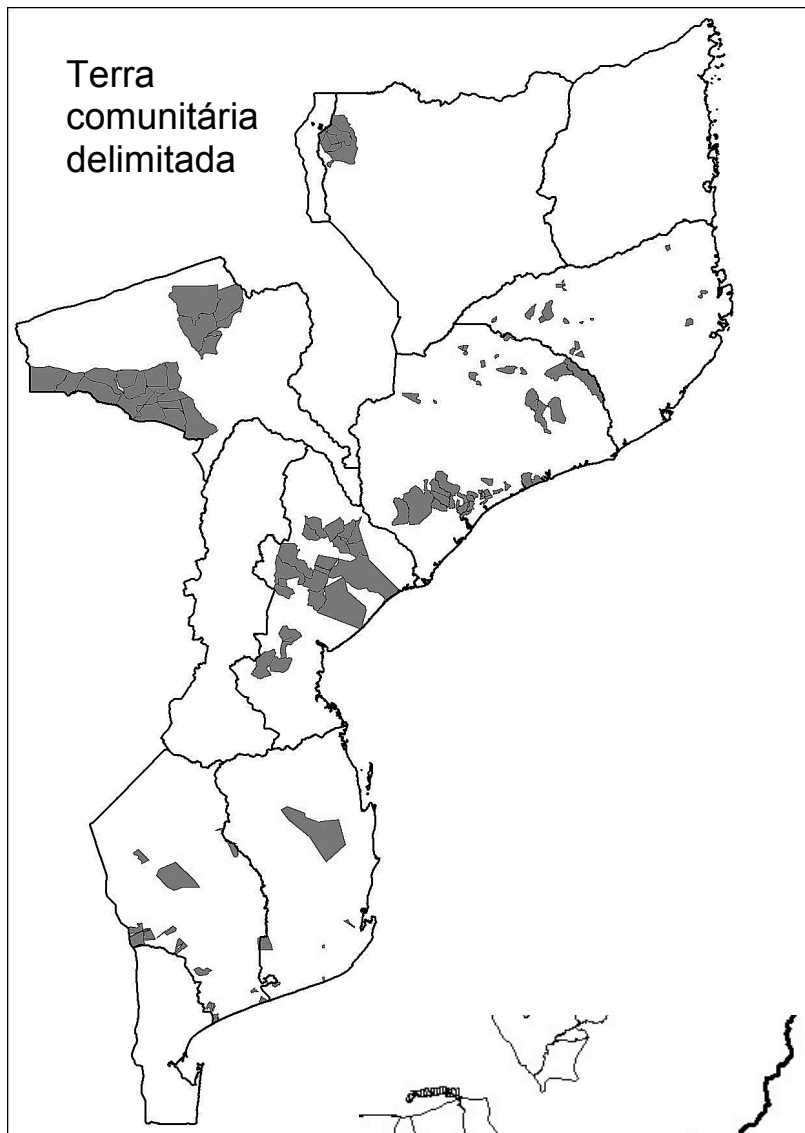
O mapa principal da próxima página mostra a terra comunitária delimitada em sete províncias.

O terceiro mapa coloca as duas juntas e observa de perto para o corredor da Beira e o vale do Rio Zambeze. Os blocos são áreas delimitadas para as comunidades ou atribuídas para investidores, e as áreas a negro mostram as sobreposições. As setas apontam para sobreposições significativas entre investidores e comunidades em Tete, em Sofala à volta de Inhaminga e na Zambézia: perto da EN1, a oeste de Nicoadala, Maganja, e Milange; uma visão em pormenor de um mapa ampliado mostra muitas mais, particularmente em áreas de cultivo de arroz junto à costa, a norte de Quelimane.

Os mapas baseiam-se na apresentação feita por Klaus Deininger do Banco Mundial, a 9 de Fevereiro em Maputo. Deininger é um dos autores do *Rising Global Interest in Farmland*, do Banco Mundial, relatório que está disponível em

http://siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/ESW_Sept7_final_final.pdf

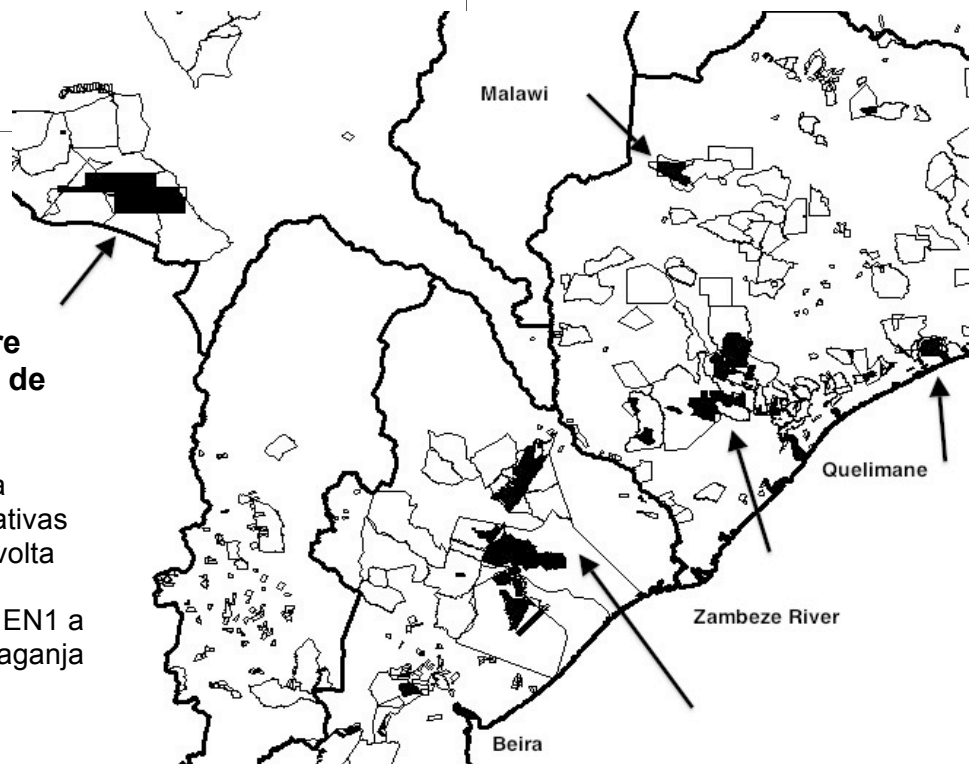
O mapa sobre concessão de Moçambique sobreposta com terra comunitária - *Mozambique Concession Overlap with Community Claims*, na página 188, é colorido e pode ser ampliado para mostrar a terra comunitária, as concessões de investidores, e as sobreposições em mais pormenor.



β

Sobreposições entre comunidade e terra de investimento

As setas apontam para sobreposições significativas em Tete, em Sofala à volta de Inhaminga e na Zambézia: próximo da EN1 a oeste de Nicoadala, Maganja da Costa e Milange.



Comunidades perdem com consultas mal feitas

As consultas são fundamentais para evitar conflitos e encorajar um maior envolvimento das comunidades. Mas muitos estudos e relatórios mostram que as consultas são mal feitas e do modo mais superficial e, principalmente, não levam as comunidades a sério. O Conselho de Ministros em Agosto aprovou alterações para tornar o sistema de consulta mais rigoroso mas isto pode não ser suficiente.

O modelo normal é uma delegação, frequentemente de funcionários seniores, e outra de representantes do investidor, chegarem e tentarem vender o projecto. São feitas grandes e vagas promessas, particularmente sobre empregos. Os régulos são muitas vezes aliciados com promessas de empregos ou pressionados para apoiar uma proposta que vem de cima.

“As comunidades locais continuam a perder e os investidores quase sempre ganham” resume Sérgio Baleira do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, CFJJ. Alda Salomão, directora do Centro Terra Viva e líder em assuntos de terra, diz que todos os grandes projectos de investimento causaram conflitos com comunidades e alguns, como a Procana, provocaram significativa “turbulência social”. Até agora tem sido apenas tensão social a nível local mas Aida Salomão acha que pode vir a ser mais séria: “vamos ter mais problemas porque as pessoas aprendem os seus direitos e o valor da sua terra.”

Outro problema é que as actas das consultas tendem a ser muito vagas e não mencionam muitas das promessas que são feitas. Há relatórios com promessas às comunidades que são ignoradas. A isto junta-se o facto de que os contratos entre governo e investidores são secretos, o que significa que as comunidades não têm maneira de verificar o que o investidor disse ao governo central que ia fazer no local.

O jornal do CFJJ, *Sociedade & Justiça*, em 2009, falava de um estudo de consultas que tinha concluído que a maior parte delas eram mal feitas, com muito poucas pessoas da comunidade; a população não conhece os seus direitos e não vê a consulta como uma negociação.

O CFJJ também faz notar que o formulário usado para reportar a consulta só dá um quarto de página para declarações e acordos.

Um estudo de biocombustíveis em Moçambique pelo *International Institute for Environment and Development* (IIED) concluiu que “nenhum dos estudos de caso examinados neste relatório envolveu acordos de parceria genuínos e aplicáveis entre investidores e comunidades. Algumas actas de consulta referiam a criação de empregos e infraestrutura social, geralmente em termos muito gerais (sem calendários claros, por exemplo).”

O relatório cita minutas de uma consulta no Dondo, em Sofala, com a *Elaion Africa* que planeia produzir jatrofa: “As comunidades concordaram com o projecto porque ele vai trazer muitos benefícios as comunidades, em especial empregos. A comunidade congratula-se com o projecto porque ajuda a combater a pobreza e pede aos proponentes que não conservem as suas promessas só no papel. A comunidade pede aos proponentes que respeitem a comunidade.”

Neste caso “as actas indicam que as comunidades aceitaram a ocupação da área porque esta ‘só era usada por produtores de carvão’. Na visita ao local porém, os pesquisadores observaram que as comunidades também faziam agricultura na área. As parcelas da comunidade foram incluídas na área do projecto, onde os donos concordaram trocar a cultura de milho e mandioca por jatrofa.” O relatório também destaca um ponto que se repete em muitos relatórios de consultas – os agricultores foram consultados, mas não foram os produtores de carvão.

Consultas mais rigorosas e formação

Preocupação sobre a má qualidade das consultas levou o Conselho de Ministros a aprovar a mudança nos procedimentos das consultas em Agosto de 2010. Substituiu-se uma só reunião por duas. A primeira é só para dar informação sobre o projecto e a terra que pretende. A segunda é para a comunidade responder e dizer se está preparada para ceder a terra. Deve ser dada publicidade adequada às reuniões “de modo a assegurar a participação efectiva das comunidades na gestão da terra e dos recursos naturais.”

Outra alteração importante é a que dá papel central na consulta ao conselho consultivo local - um órgão representativo nomeado pelo administrador do distrito. Tal como as comunidades afectadas, o conselho deve aprovar os planos.

Ainda há três questões a levantar relativamente às alterações. Primeiro, as estruturas continuam a

dever informar as comunidades e a procurar a sua aprovação, mas não têm de fazer delas participantes activos nem mesmo de promover negociação.

Segundo, há o perigo de que seja qual for o pouco poder que a comunidade possa ter, este ainda lhe pode ser tirado pelo conselho consultivo

que, embora baseado localmente, também tem ligações estreitas com a administração distrital.

Terceiro, dá-se o papel maior ao distrito. Os administradores do distrito são muitas vezes apanhados no meio. Por um lado, muitos querem apoiar as comunidades locais e gostariam de defender as comunidades em conflito com o potencial investidor. Por outro lado, as administrações de distrito frequentemente recebem chamadas no telemóvel de pessoas importantes do partido, a nível provincial ou nacional, dizendo “encontre terra para X”, que pode ser simplesmente um familiar de pessoa importante na Frelimo, ou que pode ser um investidor sério. Quando chega um investidor acompanhado com uma pessoa senior da Frelimo, alguns administradores distritais e funcionários podem sentir que a sua futura

promoção é mais importante que a defesa das suas comunidades.

Formação está a provar ser um caminho importante para repor o equilíbrio e as ONGs têm feito extensa formação. O CFJJ, com o seu foco na lei, treinou 500 activistas comunitários como paralegais, com conhecimento básico da Lei de Terras.

Um programa particularmente imaginativo do CFJJ pretende juntar em duas semanas de formação toda a gente que lida com terra e recursos naturais no distrito – administrador, funcionário responsável pelas actividades económicas, comandante da polícia, juiz distrital e procurador. Mais de 40 distritos já foram treinados até agora e a colaboração entre os diferentes actores parece continuar após o curso.

A expansão de biocombustíveis mais lenta do que esperado

O açúcar foi introduzido pela primeira vez em Moçambique no século Dezanove, para produzir álcool para vender à África do Sul, e no decorrer da era colonial as plantações continuaram a produzir álcool. Ainda na era colonial o coco foi desenvolvido como grande produto de exportação.

O Presidente Armando Guebuza começou por promover a jatrofa como cultura camponesa em 2004 e em princípio era uma cultura milagre porque crescia em terras pobres, produzia óleo para a iluminação rural, e podia ser vendida para fazer biocombustível. Isto fracassou em parte porque, para ser produtiva a jatrofa requer água e boa terra, entrando assim a competir com culturas alimentares. Pelo menos dois produtores comerciais de jatrofa abandonaram a produção porque o solo não era suficientemente bom.

Assim, Moçambique já estava a falar em biocombustível e tinha experiência das culturas relevantes quando a subida dos preços do petróleo de 2005-08 despertou interesse comercial. Moçambique recebeu cerca de 25 manifestações de interesse para 2,5 milhões de hectares. Alguns foram concedidos. Mas em 2007 Moçambique suspendeu as concessões de terra para biocombustíveis para ter tempo de pensar e em 2009 publicou uma política nacional de biocombustíveis, só que por essa altura os preços do petróleo estavam – temporariamente – a descer. A política “promove” a produção de biocombustível, mas não à custa da produção de comida. Especificamente, a política autoriza açúcar e sorgo (mapira) doce para etanol, para gasolina, e de óleo de jatrofa e coco para diesel, mas exclui o uso de culturas alimentares incluindo milho, mandioca, girassol e amendoim. Sugere que 450 000 ha podem ser disponibilizados para biocombustível, criando 150 000 empregos – 100 000 nas plantações e 50 000 nas refinarias. A política também faz apelo à subcontratação de culturas, nomeadamente a pequenos produtores. A maior

parte do biocombustível é para exportação, mas a política recomenda também que 10% do biocombustível para gasolina e 5% para o diesel, sejam vendidos no país, aumentando então o conteúdo em biocombustível.

A política diz que o governo vai identificar regiões onde se podem cultivar biocombustíveis, e que fora destas áreas a produção comercial de biocombustível não será permitida, em parte para “evitar riscos inaceitáveis em termos de segurança alimentar”. O exercício cartográfico encomendado pelo Conselho de Ministros no ano passado, em parte pretende identificar terra para biocombustível e reduzir o conflito com culturas alimentares. Desde o início de 2010 não foram aprovados projectos de mais de 1000 hectares para biocombustível.

A pausa permitiu também uma ligeira viragem na política do governo, deixando este de ser puramente facilitador de investimento para passar a ser um seleccionador de investimento – uma viragem encorajada pelo fiasco da Procana e pela lentidão no arranque de vários outros investimentos. De facto a produção de biocombustível tem sido muito mais lenta do que se esperava, embora a subida do preço do petróleo possa agora acelerar alguns projectos. O arranque lento é parcialmente desencadeado por falta de financiamentos já que muitos investidores esperam angariar mais de metade do dinheiro como empréstimos. O desenvolvimento das variedades apropriadas de jatrofa pelos investidores está a levar também mais tempo do que era esperado, em parte também por causa de problemas inesperados de pragas (a jatrofa foi promovida como sendo imune a pragas).

No final de 2009, apenas tinham sido aprovados quatro grandes projectos de biocombustíveis e um deles (Procana) tinha sido cancelado. Aos outros três tinham sido concedidos no total 52 000 ha que dizem pretender investir 565 milhões de US\$; há um de açúcar, um de mapira doce e outro de jatrofa. Desde então não foi aprovado mais nenhum projecto de biocombustível. Estão pendentes pelo menos 20 propostas formais de biocombustíveis, pedindo mais de 300 mil ha e propondo investir mais de 1 bilião de US\$. Mas só um está em fase mais avançada aguardando no Conselho de Ministros.

Estão em andamento alguns projectos de jatrofa baseados em quintas comerciais ou concessões recentes. A *Sun Biofuels* na provincia de Manica para produção de jatrofa, é o mais avançado mas limitou-se a pegar numa plantação de tabaco abandonada. Pelas provincias foram aprovados pelo menos 16 projectos de 1000 ha ou menos, para jatrofa, no ano passado. Em Inhambane foram 12 num total de 4 400 ha; oito foram de 100 ha cada um.

Os produtores de açúcar existentes usam 35 000 ha, criam 25 000 empregos e estão em expansão.

Um artigo de Marc Schut, Maja Slingerland e Anna Locke, no jornal *Energy Policy*, faz uma análise mais abrangente. O açúcar é muito dispendioso, com custos de investimento de 15 197 US\$ por hectare, enquanto o investimento em jatrofa é apenas de 1 663 US\$ por hectare.

Várias avaliações de propostas mostram que a criação de empregos é muito menor do que o Governo esperava, com 1 emprego por cada 7 hectares em açúcar e 1 emprego por cada 10 a 20 hectares para a jatrofa, embora haja também empregos nas refinarias. Apenas duas das propostas de jatrofa incluem subcontratação de culturas para produtores mais pequenos.

O jornal *Energy Policy* destaca também que a melhor terra para biocombustíveis está no Norte de Moçambique, onde existem igualmente os índices de pobreza mais altos e há mais necessidade de empregos. Mas os investidores preferem estar mais perto das ligações de transporte e a maioria das propostas são para o Corredor da Beira e para o Sul.

Alguns doadores e investidores estão a direccionar-se para Manica e Sofala ao longo do Corredor da Beira, e há aí um sério potencial para conflito e competição por terras. Muitos dos novos projectos são para culturas alimentares de exportação de trabalho intensivo, particularmente frutas e vegetais, que requerem relativamente menos terrenos. Mas o Corredor da Beira é actualmente o centro da produção açucareira e da maior parte das novas propostas para açúcar. O açúcar exige grandes extensões de terra e água.

Não se tem falado muito no impacto dos biocombustíveis sobre as mulheres. Um estudo de Channing Arndt, Rui Benfica e James Thurlow, para o instituto de investigação da *UN University WIDER*, publicado em Outubro, conclui que “os

biocombustíveis aceleram o crescimento do PIB e reduzem a pobreza.” Mas acautela que “o aumento de participação das mulheres potencia a troca de biocombustíveis por disponibilidade de alimentos porque as mulheres são normalmente responsáveis pela produção de comida. Isto conduz à subida de preço dos alimentos,” o que significa que, uma vez que as famílias mais pobres são muitas vezes obrigadas a comprar a sua comida, há menos redução da pobreza. Por outras palavras, se as mulheres de empregam nas plantações de biocombustível, cai a produção de alimentos e os preços sobem.

Grandes concessões de terra

Desde 2004 foram feitas 12 grandes concessões de terra das quais uma, Procana, foi cancelada. Esta tabela mostra as áreas em hectares e as localizações, das restantes 11.

Floresta			
Malonda	Niassa	220,000	
Chikweti	Niassa	100,000	
Florestas de Niassa	Niassa	210,000	
Lurio Green Resources	Nampula	126,000	
Portucel	Zambezia	173,000	
<i>Total de Floresta</i>			829,000
Biocombustíveis			
Principle Energy	Manica	18,000	
Enerterra	Manica	19,000	
Grown Energy	Sofala	15,000	
<i>Total de Biocombustíveis</i>			52,000
Agriculture			
Madal	Zambezia	57,000	
Quifel	Zambezia	10,000	
<i>Total de agricultura</i>			67,000
Total			948,000

Centenas de conflitos

A maior parte dos conflitos são locais e não há registos deles. Mas aparentemente os conflitos estão a aumentar na medida em que é concedida mais terra a investidores. O CFJJ estima que nos passados cinco anos houve mais de 300 conflitos de terra. A DNTF reportou 76 conflitos em 2008. Um estudo do CFJJ em 2009 de 176 comunidades delimitadas diz que 34 “se encontram em conflito aberto com o investidor privado ou com o Estado”

Os mapas das páginas anteriores mostram que as concessões de terra se sobrepõem, facto que vai dar lugar a uma área de conflito.

Direitos de água nem mesmo entram na discussão, e isto é particular importante para biocombustíveis que consomem grandes quantidades de água.

Alguns conflitos são indirectos. Por exemplo o estudo de biocombustíveis do IIED chama a atenção para o facto de que o projecto Ecoenergy em Cabo Delgado recebeu terra próximo do Parque Nacional das Quirimbas e argumenta que isto vai empurrar os camponeses para fazerem machambas dentro da área do Parque.

Algumas concessões são canceladas ou reduzidas

A DNTF só consegue verificar cerca de 10% das licenças provisórias (DUATs) que foram concedidas e isto habitualmente é feito quando surge um requerimento para tornar um DUAT permanente. O Banco Mundial, em *Rising Global Interest in Farmland*, nota que “em Moçambique, virtualmente todos os DUATs permanecem provisórios.” E uma auditoria recente mostrou que menos de metade dos investidores (por área de terra) cumpriram o seu

plano de investimento. Mas durante o período auditado houve acções tomadas, 1500 investidores tiveram a sua concessão cancelada ou reduzida. Um quarto estavam em Maputo, onde a pressão da terra é maior; outras áreas maiores eram em Gaza e Sofala.

Auditoria de Uso da Terra 2002 – 2008

DUAT não usado		DUAT usado parcialmente		DUAT usado integralmente	
nº	Area (ha)	nº	Area (ha)	nº	Area (ha)
1.062	488.056	681	366.744	1.496	770.743

Medidas tomadas

Cancelamento		Area reduzida	
nº	Area (ha)	nº	Area (ha)
946	260.724	556	188.134

Reassentamento mal feito

Muitos dos grandes projectos requerem que a população local seja transferida para outros locais o que torna o reassentamento uma questão importante. O primeiro estudo de aldeias deslocadas por causa de dois grandes projectos mineiros, mostra reassentamento mal feito e estabelece um precedente preocupante. A investigação foi feita por Tomás Selemane do CIP, Centro de Integridade Pública.

Na mina de carvão a céu aberto de Moatize, da companhia Vale do Brasil, foram deslocadas 760 famílias. As casas para as famílias foram mal construídas e não correspondem à casa modelo que foi mostrada aos aldeões antes deles concordarem em mudar-se. Também é controversa a decisão de dividir as pessoas em “urbanas” e “rurais”, sendo estas últimas deslocadas para uma área que dista 40 kms da cidade, tornando o comercialização difícil. Há também disputas contínuas com as famílias reassentadas.

Nas minas de titânio (areias pesadas de Moma), a Kenmare transferiu em 2007 uma aldeia já estabelecida há muito tempo. Os residentes reclamam que três anos depois a Kenmare ainda

não forneceu a água que foi prometida, não construiu a escola ou o posto de saúde, nem foram atribuídas aos residentes novas terras de cultivo, segundo Selemane. Pessoas da comunidade local não receberam formação nem foram recrutadas para a mina. E uma associação de desenvolvimento estabelecida com dinheiro da Kenmare não está a funcionar efectivamente.

“Alguns dos pontos levantados simplesmente não são exactos, outros tem alguma validade e, ou já foram resolvidos ou estão em processo de resolução”, responde Tony McCluskey, Director Financeiro da Kenmare. “Há muitas evidências de que os residentes locais estão agora muito melhor do que estavam antes.”

Confusão acerca da terra urbana

A terra urbana está coberta pelas mesmas provisões constitucionais e da Lei de Terras, o que significa que os ocupantes adquirem os mesmos direitos permanentes (DUAT).

Há porém dois aspectos que tornam a terra urbana diferente e que estão a causar problemas. Primeiro, quando é vendida uma prédio urbana, a terra vai automaticamente com ela. Isto criou um grande mercado informal de terra urbana que também está a levantar importantes questões de classe – as pessoas mais pobres estão a “vender” a sua casa por um valor que para eles é muito dinheiro, mas para o comprador é uma pechincha. A casa é imediatamente demolida e substituída por uma muito maior, mas significa para quem vendeu que não foi valorizada a sua posição nas áreas mais

apetecidas, como por exemplo as que ficam perto da praia, em Maputo.

Segundo, um decreto do Conselho de Ministros de 2006 sobre regulamento da terra urbana, estabeleceu três níveis de planos: um plano de estrutura, um plano de urbanização e um mapa do que está na realidade no terreno, e os três têm de ser aprovados através de um processo de consultas. Não podem ser concedidos títulos de DUAT até os planos serem aprovados – o que segundo alguns especialistas viola a Lei de Terras uma vez que os títulos de DUAT para as pessoas

que ocupavam a terra há dez anos ou mais, deviam ser automáticos.

Muitos municípios, principalmente no Norte, ignoraram simplesmente o decreto de 2006 considerado impraticável, e continuam o processo de “regularização” da ocupação, emitindo títulos DUAT. Na sexta-feira dia 18 de Fevereiro, o *Noticias* dizia que, com o apoio da *Millennium Challenge Account* financiada pelos EUA, oito municípios iam emitir 140 000 títulos de terras em três anos.

Mesmo onde a terra está numa área formal de expansão, um título geralmente só é dado depois de ter sido construída uma casa, mesmo quando a terra foi atribuída pelo Município.

Maputo e Matola estão a desenvolver o conjunto de planos e começam a outorgar títulos nos mais novos e mais organizados subúrbios da periferia, mas não nas áreas mais densas dos subúrbios interiores. Há queixas na Matola de que, onde as pessoas ocuparam as áreas maiores, só recebem títulos de parcelas mais pequenas. É um estratégia sensata para aumentar a densidade urbana mas provavelmente vai contra a Lei de Terras.

Um estudo de Dezembro de 2009 do Centro de Integridade Pública, CIP, concluiu que estes complexos procedimentos em Maputo e Matola encorajaram a corrupção.

O mito da rapinagem de terra por chineses

Na imprensa internacional correm notícias falsas e ridículas sobre rapina de terras por chineses e sul-africanos, ao ponto de se ter construído uma indústria de ONGs preocupadas com a terra em Moçambique.

Mas uma tese académica recente sobre investimento chinês em agricultura, em Moçambique, por Sigrid-Marianella Stensrud Ekman, não descobriu muito: “Na imprensa diz-se que a China está a arrendar enormes parcelas de terra em Moçambique destinadas a preencher as suas necessidades em segurança alimentar. Juntamente com isto, afirma-se que milhares de chineses imigram para Moçambique com o propósito de trabalhar as terras.Uma visita a Moçambique não revelou nenhuma evidência que que sirva de base a estas afirmações.” Não há de facto grandes atribuições de terra à China ou a empresas chinesas.

A autora segue a pista da estória até Loro Horta na Nanyang University em Singapura, que em 2007 e 2008 dizia que a China queria arrendar vastas parcelas de terra para estabelecer quintas em grande escala e produzir comida para satisfazer o “boom” no seu consumo doméstico. Afirmava também que 20 000 colonos chineses deviam mudar-se para Moçambique para vir trabalhar nestes “projectos massivos de agricultura.” As afirmações de Horta foram amplamente citados nos media internacionais, e institutos de pesquisa com prestígio, como o *International Food Policy Research Institute* (IFPRI) em Washington DC, passaram a citar essas notícias. Mas não eram verdadeiras.

De facto, Ekman escreve que o Gabinete de Promoção do Vale de Zambeze, GPZ, tentou insistentemente trazer investimento chinês e não conseguiu; a única coisa que recebeu foram 50 milhões de US\$ num empréstimo bonificado para 4 fábricas de agro-processamento.

No seu livro de 2009, *The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa*, Deborah Brautigam conta esta estória (p 258): “Um ‘facto’ largamente publicitado que acabou por se revelar ser ‘ficção’, foi a estória de que a China tinha prometido investir 800 milhões de US\$ para modernizar a agricultura

em Moçambique. Mas eu falei com jornalistas moçambicanos, com ONGs, com o presidente da associação de camponeses, com chineses e com altos funcionários no Ministério da Agricultura. Recrutei mesmo um assistente para pesquisar os jornais de quatro anos, mas não encontrei sinais de tal promessa. Os chineses ‘prometeram’ construir um de catorze centros agro-técnicos africanos em Moçambique: um centro de formação em 30 hectares, ao custo de 8 milhões de US\$. Seria isto que originou o boato?”

Não é só a China. No curso dos passados 15 anos, representantes dos farmeiros brancos sul-africanos afirmaram frequentemente que estava para vir para Moçambique um grande número de agricultores da África do Sul – ou mesmo que já estavam. A última vez foi a 11 de Novembro de 2010, quando a agência de notícias da Associação da Imprensa Sul-africana, SAPA, citou o vice-presidente da Agri-SA, Theo de Jager, dizendo que 800 agricultores comerciais da África do Sul já tinham assinado acordos de terras para agricultura na província de Gaza, aparentemente para bio-combustíveis.

Fundo de documentação

Esta edição do *Boletim* usa mais documentos do que é costuma. Estamos a fazer uma bibliografia e vamos postar os documentos citados aqui e que não estão disponíveis em outros locais. A bibliografia estará disponível em meados de Março em: tinyurl.com/mozamb

Boletim sobre o processo político em Moçambique

Para assinar: <http://tinyurl.com/mz-pt-sub>